

# Um dilema oficial

André Garcia

Da equipe do Correio

O governo do Distrito Federal concluiu em janeiro um levantamento que aponta a existência de 16 mil quiosques, trêileres e boxes de feiras em áreas públicas do DF, metade dos quais em situação irregular. O estudo, primeiro realizado pelo governo em todas as cidades do Distrito Federal, mostra ainda que pelo menos 32 mil pessoas exploram esse tipo de atividade.

O levantamento foi preparado pela Superintendência das Administrações Regionais (Sucar) com dois objetivos: conhecer o tamanho deste tipo de comércio no Distrito Federal e usar essas informações para tentar regularizar a situação de quiosques e trêileres instalados em áreas públicas.

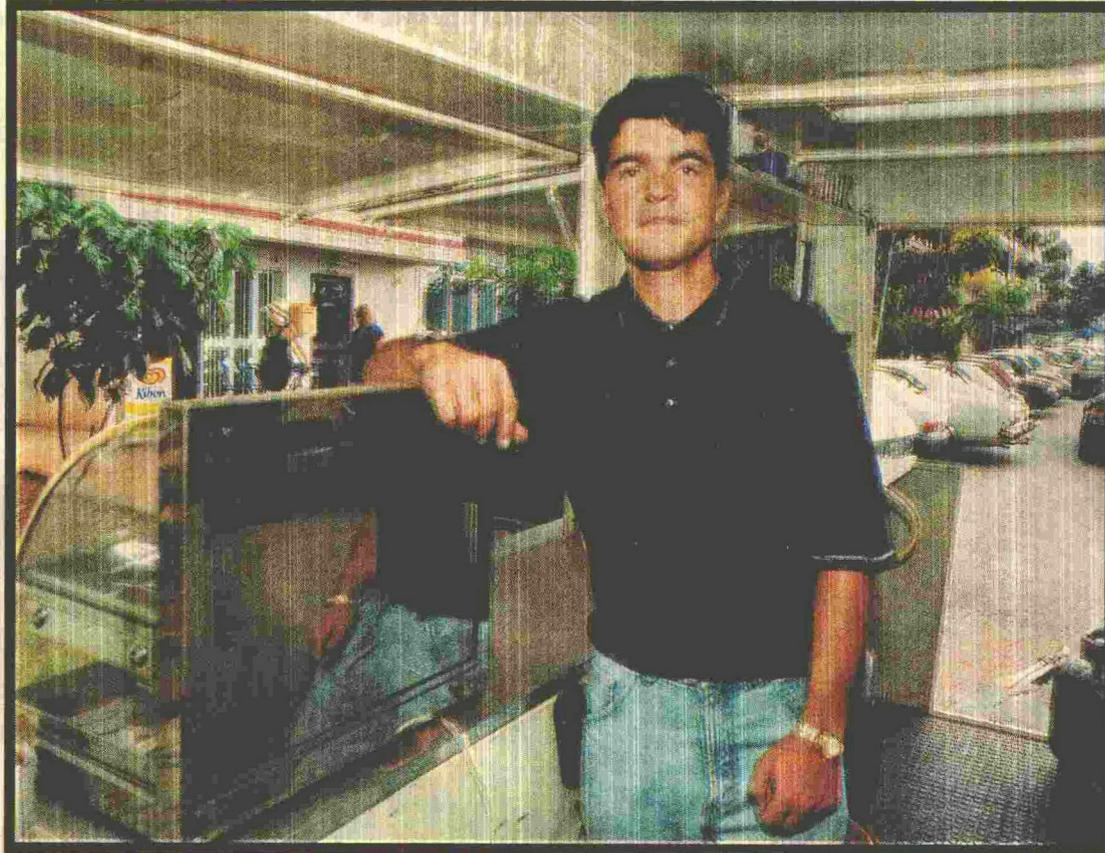
O trabalho foi iniciado em outubro do ano passado, quando o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) determinou ao governo mudar as regras de funcionamento de quiosques e trêileres em áreas públicas.

No lugar de simplesmente exigir certidões negativas da Secretaria de Fazenda e o pagamento de uma taxa mensal de R\$ 2 por m<sup>2</sup> ocupado, as administrações regionais teriam, segundo o tribunal, de fazer licitação pública para decidir quem poderia explorar os quiosques. Os conselheiros do TCDF consideraram as leis distritais que regem essas atividades inconstitucionais por não obedecerem a lei federal 8.666/93 (a chamada Lei de Licitações).

Por causa da decisão do tribunal, a Sucar mandou todas as administrações regionais suspenderem a concessão de alvarás de funcionamento para novos quiosques e trêileres e tem evitado a renovação dos alvarás de comerciantes já estabelecidos.

Mas o governo não iniciou, como recomendou o TCDF, o processo de licitação. "Nós entendemos que a licitação pode

Carlos Moura



JOSÉ EDUARDO: "INVESTI R\$ 15 MIL QUE GANHEI DO SEGURO DO MEU CARRO NO QUIOSQUE E PRECISO TRABALHAR"

prejudicar pessoas que sobrevivem desses quiosques há mais de 20 anos", justificou o superintendente das Administrações Regionais, Carlos Antônio de Brito.

## RECURSO

Ele pretende usar as informações obtidas no levantamento para tentar convencer os conselheiros do tribunal a voltarem atrás em sua decisão. "O estudo mostrou que muitas famílias dependem desse tipo de atividade. Essa decisão vai criar um caos, uma onda de desemprego muito grande", argumentou Brito.

Segundo Carlos Antônio de Brito, o governo até admite fazer mudanças na lei 901/95 — que regulamenta o funcionamento dos quiosques e é considerada inconstitucional pelo TCDF — para não ter de fazer licitação pública por melhor preço.

Para o representante do Ministério Público junto ao TCDF, procurador Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o governo tem chance de conseguir resolver a questão através de uma lei local. "Existe decisão do Supremo Tribunal Federal que permite ao Distrito Federal resolver questões de terra com leis locais", avaliou.

"A licitação por preço não é a melhor solução do ponto de vista social para este caso. O governo poderia propor uma lei que garantisse o princípio da impessoalidade na concessão das áreas públicas e o direito de preferência para quem ocupa essas áreas há muito tempo", acrescentou o procurador.

## MUDANÇAS

Arquitetos e empresários se assustaram com os números do levantamento do governo. "É muito quiosque", reagiu o presidente da Associação

Comercial do Distrito Federal (ACDF), Carlos Magno de Melo.

Para ele, qualquer regularização terá de resolver o que ele considera um problema básico: a existência de quiosques próximos a estabelecimentos comerciais do mesmo ramo. "É uma concorrência desleal um quiosque a menos de 500 metros de um comércio estabelecido. Ele só paga uma taxa de área pública, enquanto o comerciante arca com uma série de impostos", reclamou.

Já o presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção DF (IAB-DF), Gilson Paranhos, acredita que qualquer mudança terá de prever um padrão para os quiosques. "Os quiosques não têm um pingão de proposta arquitetônica", afirmou.

O publicitário Carlos Pontes, membro do Conselho Técnico de Preservação de Brasília, vai propor na próxima reunião do conselho, marcada para quar-

ta-feira, um concurso público para escolher um modelo para os quiosques. "Há quiosques de todos os jeitos, espalhados por locais nobres como o Banco Central. Isso depõe contra Brasília", acredita.

## SAÚDE PÚBLICA

Mesmo se conseguir do TCDF autorização para dispensar a licitação pública e preparar uma nova lei, o governo terá de resolver outro problema grave: saúde. Para o diretor da Vigilância Sanitária no DF, Laércio Inácio Cardoso, o governo deveria proibir a venda de refeições em quiosques.

"Os quiosques, em geral, não têm rede de água e esgotos nem estão em local apropriado para preparar e vender refeições", disse, citando como exemplo os quiosques do Setor de Indústria e Abastecimento, que servem almoço a funcionários de empresas da região.

O presidente da Associação dos Quiosques, Trêileres e Similares do DF, João Gérson Fernandes Pereira, disse que os quiosqueiros aceitam as exigências de arquitetos e empresários para conseguirem a regularização da atividade.

"O que não dá é para ficar como está. Muitos não estão conseguindo renovar licenças e nem abrir os quiosques", reclamou. Para Pereira, a licitação só vai beneficiar grandes empresários. "Quem é humilde e sobrevive de vender em quiosque não vai ter dinheiro para ganhar licitação", argumentou.

A opinião é compartilhada pelo desempregado José Eduardo Coelho da Fonseca. Por causa da suspensão de emissão de licenças, ele não consegue alvará de funcionamento para um trêiler que instalou na 716 Norte, em frente ao seu apartamento.

"Tem de resolver essa situação. Investi R\$ 15 mil que ganhei do seguro do meu carro no quiosque", disse ele, que faz bicos como pintor e iluminador. "Estou com condomínio atrasado e tenho de pagar pensão alimentícia. Preciso trabalhar", reclamou.